



LIDO NA SESSÃO DO DIA

18 SET 2014

1º Secretário

Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO

ENCAMINHADA NOS
TERMOS DO § 2º DO
ARTIGO 188 DO
REGIMENTO INTERNO

17 SET. 2014

Carlos Alberto Martins Manóvilier

Secretário Legislativo

AUTOR : Deputado Flávio Lemos

Ata n.º 05/2014-SR/CAB-PALE

Indicação

Nº 2467/14

INDICA A SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE COM CÓPIA AO PODER EXECUTIVO A NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA EQUIPADA PARA ATENDER AOS MUNICÍPIOS DE BURITIS, COSTA MARQUES E MACHADINHO DO OESTE.

O parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica a Secretaria Estadual de Saúde com cópia ao Poder Executivo, a necessidade de aquisição de uma ambulância equipada para atender aos municípios de Buritis, Costa Marques e Machadinho do Oeste.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de Proposição Legislativa na modalidade de Indicação, que tem por fim, indicar ao Poder Executivo Estadual, através da SESAU, a necessidade de aquisição de uma ambulância equipada para atender aos municípios de Buritis, Costa Marques e Machadinho do Oeste.

A proposta indicatória é derivada de reivindicação dos representantes dos municípios citados, com base no clamor das famílias que vivem na região. De acordo com o Ministério da Saúde, se tratando de legislação sobre ambulâncias, em sua Lei n.º 2.048 de 05 de novembro de 2002, relata: "Considerando a expansão de serviços públicos e privados de atendimento pré-hospitalar móvel e de transporte inter-hospitalar é necessidade integrar estes serviços à lógica dos sistemas de urgência, com regulação médica e presença de equipe de saúde qualificada para as especialidades de atendimento".

Como é de conhecimento de todos, a ambulância é um bem público de extrema importância, pois é responsável pelo atendimento de urgência que serve o público em geral, independente de cor, credo ou partido político. Este veículo é preparado para receber e lidar com qualquer tipo de fatalidade, possuindo profissionais capacitados para este fim.

Sendo assim, é após o exposto peço ao Poder Executivo que efetue um estudo de viabilidade para que seja implementada tal indicação.

Flávio Lemos
Deputado - PR

Plenário das Deliberações, 16 de setembro de 2014